

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56

**ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e dez realizou-se a Centésima Trigésima Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55 – 11º andar – sala 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Giancarlo Tusi Pinto** e **Sr. Niro Afonso Pieper**, Representantes da Secretária do Meio Ambiente; **Sr. Luiz Augusto Petry**, Representante da Secretária da Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento; **Sra. Marta Marchiori**, Representante do SEDAI; **Sra. Bernardete Longhi de Castro**, Representante da Secretaria de Obras Públicas e Saneamento; **Sra. Marilana Zimmermann**, Representante da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG; **Sr. Eduardo Aléxis Lobo Alcayaga**, Representante da Instituição Universitária Privada; **Sr. Paulo Brack**, Representante Titular do Ingá; **Sr. Flávio Lewgoy**, Representante Titular da AGAPAN; **Sra. Lisiane Becker** e **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro**, Representantes Titular e Suplente da Mira-Serra; **Sr. Darci Bernech Campani**, Representante Titular da Instituição Universitária Pública; **Sr. Clóvis Zimmer**, Representante da FIERGS; **Sr. Fernando Hartmann**, Representante da Sociedade de Engenharia do RS; **Sr. Airton José Scheffel**, Representante Titular da FAMURS; **Sr. Sebastião Teixeira Correa**, Representante Titular dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Filipe Patela Amaral**, Representante da Biofilia; **Sr. Mauro Gomes de Moura**, Representante da FEPAM. Participaram também da reunião, como convidados: Carmem Franco – FEPAM; Marcelo Lissoth – Prefeitura de Caxias do Sul; Evandro Barotto - Município de Paulo Bento; Jandir Maiduck – Vereador do Município Paulo Bento; Ivan Scalabrin – Vereador do Município de Paulo Bento; Carlos Alberto Dallagnol – Presidente da Câmara Municipal de Paulo Bento; Ricardo Michelin – Assessor Jurídico do Município de Paulo bento; Gabriel Jevinski – Prefeito do Município de Paulo Bento; Cleriston Marchesan – Município de Catuípe; Antonio José Matos da Silva – SMAM Tramandaí; Milton Haack – Município de Tramandaí; Tiago José Pereira Neto – FIERGS; Otacílio Maia Cardoso – CABM; Everton Fogemann – CONDIMMA/ Alto do Jacuí; Joana Helena Paloschi – Elabore; Edoardo Paskulin – ANAMA. **Pauta: 1. Aprovação da Ata da 129ª Reunião ordinária; 2. Comunicações; 3. Aprovação da Suplementação do Plano de Aplicação dos Recursos do FEMA; 4. Apresentação do pedido de vista de Qualificação do Município de Tramandaí; 5. Qualificação de Municípios; 6. Assuntos Gerais.** Os trabalhos foram abertos pelo Sr. Giancarlo Tusi Pinto, juntamente, com o Sr. Niro Afonso Pieper, Representantes da Secretaria do Meio Ambiente, e secretariados pela Sra. Andréa Neves – Secretária Executiva da SEMA. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Boa-tarde Senhoras e Senhores Conselheiros. Sejam bem-vindos à 130ª Reunião Ordinária do nosso Conselho. Tendo *quorum* regimental, vamos já entrar em nossa abertura. Temos o nosso primeiro item, aprovação da Ata da reunião passada. **1. Aprovação da Ata da 129ª Reunião ordinária. Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Eu solicito, de pronto, a dispensa da leitura da Ata com base no artigo 28, parágrafo 4º. Algum Conselheiro querendo se manifestar? Por favor, Conselheiro. **Sr. Filipe Amaral:** Gostaria de incluir na ata, na verdade, uma fala que eu acho que dá mais ou menos o contexto da nossa solicitação a respeito da quinta entidade nomeada pela APEDEMA. Na linha 120, eu gostaria que constasse que: *Não estamos propondo a substituição de nenhuma entidade, estamos buscando a quinta vaga da resolução 107. Amigos da Floresta entrou num instrumento nomeado pelo executivo na época, não estamos, nesse momento, questionando isso.* Só para ficar claro qual era a nossa pauta, a nossa reivindicação aqui quando mandamos o ofício. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado Conselheiro. Algum outro Conselheiro querendo se manifestar? Não havendo Conselheiros escritos fora essa manifestação do Conselheiro Filipe. Colocamos, então, a votação da ata da reunião passada. Os Conselheiros que são favoráveis, por favor? Quinze votos favoráveis. Conselheiros que são contrários, por favor? Nenhum. Abstenções? Nenhuma. **(15 votos favoráveis; nenhum voto contrário; nenhuma abstenção).** Então, está **aprovada por unanimidade** a ata, com essa ressalva apontada pelo Conselheiro Filipe. Item 2 da nossa pauta. **2. Comunicações: Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Passo a palavra para o Secretário Adjunto: Niro Afonso Pieper. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Comunicações: e-mail de justificativa da ONG Amigos da Floresta, em que Ruter Disarz e Daniel Chies não poderão comparecer. Daniel, por estar em viagem a Rio Negro em compromisso profissional e Ruter, também, devido a compromisso profissional nesta data. *A Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler-FEPAM convida a sociedade riograndina e demais interessados para participar da*

57 *Reunião Técnica Informativa sobre o Projeto Oceanário na praia do Cassino/Rio Grande. O referido*  
58 *encontro ocorrerá no CCMAR, Av. Paranaguá, 24 – FURG, em Rio Grande, no dia primeiro de julho*  
59 *de 2010, às 14 horas. Regina Telli, diretora presidente da FEPAM. Também o ofício SEPLAG*  
60 *127/2010 desta data assinado por Luci Monteiro, Chefe de Gabinete: De ordem, informamos que a*  
61 *servidora Marilana Zimmermann participará da 130ª Reunião Ordinária do CONSEMA, tendo em*  
62 *vista que o Sr. Josué Vieira da Costa, que era representante suplente desta Pasta, não mais*  
63 *comparecerá, em razão de ter retornado ao seu órgão de origem. Também o ofício 273/2010 do*  
64 *gabinete do Secretário das Obras Públicas, assinado pelo próprio Secretário. Visando apresentar a*  
65 *Sra. Bernardete Longhi de Castro, como representante desta secretaria na 130ª Reunião Ordinária*  
66 *do CONSEMA. Também uma solicitação na área de Jornalismo Mário Villas-Bôas da Rocha,*  
67 *solicitando a distribuição de um questionário, na certeza é nosso interesse também, aos representantes,*  
68 *aos membros, aos conselhos. Fazendo aqui vários questionamentos para uma pesquisa. São estas as*  
69 *comunicações, presidente. Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto): Obrigado Pieper. Temos aqui*  
70 *mais uma comunicação: Ofício Mira-Serra 30/2010, assinado pela bióloga Lisiane Becker,*  
71 *coordenadora-presidente da Mira - Serra. Vimos, por meio deste, formalizar a participação da ONG*  
72 *Mira - Serra na CT FEMA, através da Sra. Kathia Vasconcellos Monteiro. Obrigado Lisiane,*  
73 *obrigado Kathia. Item 3 da nossa pauta. 3. Aprovação da Suplementação do Plano de Aplicação*  
74 **dos Recursos do FEMA. Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Por favor, Pieper. **Sr. Niro**  
75 **Afonso Pieper:** Servindo de curinga aqui. Integro a Câmara Técnica do FEMA eu e o Cylon que não  
76 está aqui. O presidente da Câmara é Cylon Rosa Neto, representante da Sociedade de Engenharia, mas  
77 também sou Diretor Executivo do Fundo e integrante da Câmara Técnica. Várias reuniões foram  
78 realizadas, devidamente convocadas, e a última extraordinária e que não houve “quorum”. Por decisão  
79 do Presidente da Câmara, encaminhou o seguinte ofício: *Ofício 003/2010. Pelo presente, conforme*  
80 *reuniões da Câmara Técnica Permanente do Fundo Estadual do Meio Ambiente, respectivamente nas*  
81 *datas de 26.05.2010 (Reunião Ordinária) e 31.05.2010 (Reunião Extraordinária), esta Câmara*  
82 *Técnica sugere que o CONSEMA em Reunião Plenária delibere sobre a aprovação da Suplementação*  
83 *Orçamentária do FEMA para o corrente ano, tendo em vista que as entidades presentes, conforme*  
84 *cópia das listas de presenças em anexo, entenderam pela aprovação, porem sem o “quorum”*  
85 *regimental estabelecido. Esta ação esta desta maneira encaminhada em razão da prioridade da*  
86 *Secretaria para utilização destes recursos. Apenas explicando, na verdade a Secretaria sugestionou*  
87 *em relação a um jeito, realmente, para a utilização dos recursos. Mas, o encaminhamento ao plenário*  
88 *foi, como já disse no próprio ofício, por deliberação de um grupo menor do que o “quorum”*  
89 *regimental. Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):* Obrigado, Pieper. Conselheiro Paulo Brack,  
90 por favor. **Sr. Paulo Brack:** Boa tarde a todos. Nós a mais de dois ou três anos estamos solicitando a  
91 participação na Câmara Técnica do Fundo Estadual do Meio Ambiente. Estávamos também na  
92 esperança de sermos convidados para alguma reunião, mas até agora não veio o convite. Nossa  
93 entidade foi uma das que mais considerações fez ao Fundo Estadual do Meio Ambiente no sentido de  
94 melhorias, aperfeiçoamentos e avanços. Gostaríamos de fazer parte desta Comissão para definir  
95 algumas estratégias para que o Fundo possa cumprir o seu papel. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi**  
96 **Pinto):** Obrigado Conselheiro. Mais algum Conselheiro querendo se manifestar? Por favor, Professor  
97 Campani, Universidade Pública, UFRGS. **Sr. Darci Campani:** Boa tarde a todos. O problema não é,  
98 especificamente, desta Câmara Técnica, mas que se reflete nessa Câmara Técnica e nós temos  
99 demandado, nós estamos participando da CTP de Gestão Compartilhada e da CTP Resíduos sólidos.  
100 Temos demandado uma outra postura da coordenação do CONSEMA. O regimento interno diz que as  
101 entidades que tiverem mais de três ausências seguidas ou cinco alternadas serão excluídas da CT, com  
102 isso o “quorum”, necessário para essa reunião, a partir do momento que a entidade é retirada, o  
103 “quorum” baixa. Existem algumas Câmaras Técnicas como a de Resíduos Sólidos, a Andréa pode me  
104 corrigir, ocorre a cerca de dois anos que não tem “quorum”. Agora, nós conseguimos, novamente, ter  
105 “quorum”, mas é aquele negócio se um sair já não tem “quorum”. Em compensação, têm umas quatro  
106 ou cinco entidades que estão lá, mas que faz dois anos que não aparecem na CT. Então é questão de  
107 interpretação do Regimento Interno, como agente já conversou bastante com a Andréa. A minha  
108 interpretação é que três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, a instituição é excluída da CT. A  
109 interpretação que a atual coordenação do CONSEMA tem dado é de que é encaminhada e exclusão,  
110 não está escrito ali a palavra encaminhada, ela é excluída, ninguém perde nada. Eu acho que deve  
111 haver uma decisão deste plenário, aproveitando que temos “quorum”. Deu esta cota de exclusão,

112 excluí, ninguém vai perder nada, na reunião seguinte faz como o Sr. Paulo Brack fez agora, pede para  
113 entrar, faz um ofício, ninguém perde, vai perder uma reunião ou duas. Mas, hoje, quem está perdendo  
114 são as Câmaras Técnicas e é o CONSEMA. O Pieper disse que teve reunião com “quorum” na CT do  
115 FEMA, mas eu me lembro que a última vez que veio para a reunião plenária do CONSEMA, não me  
116 lembro se foi final do ano passado, que era só para encaminhar os recursos para o RS Mulher,  
117 exatamente, veio com o histórico de não passou pela CT, pois não está tendo “quorum” e faz tempo a  
118 CT não tem “quorum”. E pelo que eu tenho relato, realmente, parece que algumas reuniões tiveram  
119 “quorum” este ano, mas novamente vem para a plenária sem “quorum” que delibere. Então, ou agente  
120 resolve, e acho que é questão de um detalhe burocrático que dá para resolver aqui, e aprovar este  
121 entendimento do CONSEMA. As entidades que tiverem três faltas consecutivas ou cinco alternadas  
122 estão fora. É relatado na reunião seguinte, na próxima reunião as entidades decidem se vão querer  
123 continuar ou não. Assim vai ajudar no “quorum” das reuniões. Infelizmente, até pelo tema aqui, como  
124 não tem “quorum”, como a única maneira de pressionar para o “quorum” ou para criarmos alteração,  
125 eu fico induzido a votar contra a aprovação nesta reunião, enquanto a CT do Fundo não der um  
126 parecer. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Conselheiro. Até como sugestão, o  
127 encaminhamento para Assuntos Gerais, nós temos dois ofícios: um da Câmara já relatando as  
128 entidades faltantes. Então, eu sugiro colocar em deliberação nos Assuntos Gerais, já este  
129 encaminhamento de oficiar já comunicando que estão fora, bem como o encaminhamento da INGÀ,  
130 já em substituição. Então, nos Assuntos Gerais deliberamos sobre estes dois temas. Mais algum  
131 conselheiro? Por favor, Conselheiro Fernando Hartmann. **Sr. Fernando Hartmann:** Como o  
132 Campani abriu o voto dele, vou ser obrigado a abrir o meu também. Hoje de manhã, eu falei com o  
133 presidente da Câmara, o Cylon representante da Sociedade de Engenharia. Ele pediu que fosse  
134 aprovada a suplementação. Por quê? Pois, realmente, o problema repercute não só nessa Câmara, mas  
135 em todas elas. Inclusive, na última reunião a qual eu estive, um dos assuntos que eu falei foi sobre o  
136 “quorum”. Então, essa questão do “quorum” ela está realmente pegando no CONSEMA, tem que ser  
137 resolvida por nós. Ao mesmo tempo, essa questão do Fundo tem que andar para frente. Por isso, a  
138 Sociedade de Engenharia, através do Cylon me pediu que solicitasse aos conselheiros que aprovasse a  
139 suplementação. Para que tenha uma série de assuntos andando por aí, que precisam desta liberação.  
140 Obrigado. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Conselheiro. Por favor,  
141 Conselheira Kátia. **Sra. Kátia Vasconcellos Monteiro:** Eu insisti bastante nessa reunião e acabei  
142 não participando dessa plenária. Um dos motivos da minha não participação é que dia 26/05 eu recebi  
143 uma convocação para uma reunião no dia 28/05. E, depois dia 28/05 eu recebi uma convocação para  
144 uma reunião Extraordinária no dia 31/05. Então, uma convocação com dois dias de antecedência fica  
145 meio complicado. Eu vou formalizar a razão de eu não ter vindo, mas já antecipo, aqui, aos meus  
146 colegas, na reunião da sexta-feira eu estaca doente, na segunda-feira eu tive um compromisso,  
147 previamente, assumido um dentista com o meu filho. Não tive tempo de sair desse compromisso  
148 pessoal e chegar a tempo para a reunião que estava marcada às 11 horas. Esse problema já foi sanado,  
149 a próxima reunião já foi marcada com antecedência, onde agente possa se organizar e desmarcar  
150 compromissos pessoais para priorizar a Câmara Técnica. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):**  
151 Obrigado, Conselheira. Algum outro conselheiro querendo se manifestar? Eu vou colocar em  
152 deliberação, então, este item e vou solicitar uma inversão de pauta, já que estamos com esse tema.  
153 Para já ler esse dois ofícios que estavam em Assuntos Gerais para fazer a exclusão de entidades e  
154 depois, em seguida a indicação da INGÀ para participar da CT do FEMA. Então, primeiramente, para  
155 deixar bem claro, em votação a aprovação as Suplementação do Plano de Aplicação de Recursos do  
156 FEMA. Os conselheiros que são favoráveis, por favor? Onze votos favoráveis. Conselheiros que são  
157 contrários? Cinco votos contrários. Abstencões? Uma. **(Onze votos favoráveis; cinco votos  
158 contrários; uma abstenção) Aprovada a Suplementação por maioria.** Consulto, novamente, o  
159 plenário para fazermos essa antecipação e inversão de pauta. Eu já vou ler, então, o ofício da CT do  
160 FEMA. *Prezado senhor, dirigido ao Presidente do CONSEMA, Ao cumprimentar cordialmente Vossa  
161 Excelência, pelo presente, informo que as entidades faltosas da Câmara Técnica Permanente do  
162 FEMA não se manifestaram quanto ao interesse em continuar fazendo parte da referida Câmara.  
163 Nesta segunda feira, 31 de maio, mais uma vez houve falta de quorum mínimo para a instalação da  
164 reunião. Solicito sejam excluídas aquelas entidades que não se manifestaram, até a presente data,  
165 quanto ao interesse em continuar fazendo parte da Câmara Técnica do FEMA.* Quais são: Secretaria  
166 de Cultura, Secretaria de Segurança Pública, Comitês de Bacias e AGAPAN. Incorreram no Artigo

167 22, Parágrafo 2 do Regimento Interno, que eram ou as três faltas consecutivas ou cinco alternadas.  
168 Então, essas entidades serão comunicadas da exclusão. As entidades que ficaram foram: SEMA,  
169 FAMURS, FEPAM, SERGS, FIERGS, Mira – Serra. Já, então, colocamos em pauta a inclusão da  
170 ONG INGÁ na CT do FEMA. Os conselheiros que são favoráveis à inclusão do INGÁ, por favor, se  
171 manifestem? Quinze votos favoráveis. Contrários? Nenhum. Abstenções? Uma. **(quinze 15 votos**  
172 **favoráveis; nenhum voto contrário; uma 01 abstenção da própria ONG INGÁ) Aprovado por**  
173 **maioria.** Conselheiro Darci Campani, por favor. **Sr. Darci Campani:** O meu encaminhamento era no  
174 sentido de trocar a verbalística. Está aprovado, resolvemos de uma Câmara Técnica, mas esse  
175 problema é da verbalística. Eu acho que ela está muito longa: o presidente da CT tem que tomar a  
176 atitude de mandar para a Secretaria; que oficia as entidades; as entidades têm um prazo para se  
177 posicionarem; as entidades não se posicionam; o que é não se posicionar? É esperar mais um trinta  
178 dias; para daí mandar ao Conselho; para o Conselho votar a exclusão das entidades. Eu acho que tem  
179 que ser sumário. Completou as três faltas ou cinco alternadas a entidade está excluída, e manda para a  
180 Secretaria, para o CONSEMA para que na reunião seguinte, já direto a entidade fique sabendo. Daí a  
181 entidade terá que correr atrás, se quiser continuar. Olha, em um mês agente resolve isso. Eu estou  
182 falando por experiência própria, pois nós tínhamos na UFRGS um representante na CT que não  
183 participava, são cinco mil funcionários, saber se um professor está participando é complicada. Então,  
184 eu recebi um ofício, depois de seis meses que essa pessoa não estava comparecendo. **Senhor**  
185 **Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Ok, obrigado, Conselheiro. Sr. Mauro Moura da FEPAM, por  
186 favor. **Sr. Mauro Moura:** Sr. Presidente não tem uma comissão estudando uma mudança no  
187 Regimento Interno? **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Sim. **Sr. Mauro Moura:** eu  
188 acredito que o rito não pode ser tão sumário, pois aqui estamos tratando de questões públicas e deve  
189 ter uma certa publicidade. O descredenciamento pode ser uma coisa um pouco mais rápida. Vem para  
190 o plenário e todo mês aprovamos isso, inclusive para se manter o equilíbrio das comissões. Pode ser  
191 que, de repente, uma comissão vire só de órgãos públicos e as ONG's estejam interessadas em  
192 participar, ou vice-versa. Então, eu creio que o regulamento deve prever um rito mais sumário,  
193 concordo plenamente, mas que tenha a aprovação do plenário aqui, para sabermos o que está  
194 acontecendo nas Câmaras. Se não a totalidade dos Conselheiros acaba não sabendo, acho que o  
195 regulamento poderia prever isso. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Ok, obrigado.  
196 Conselheira Lisiane Becker, por favor. **Sra. Lisiane Becker:** Boa tarde. Eu gostaria de desconcordar,  
197 totalmente, da opinião do Mauro. Porque nós tivemos esse mesmo problema na CT de Gestão das  
198 Águas, foi pedido até extinção da Câmara de tanta falta de estímulo, por determinados setores que não  
199 vinham, notadamente, setores públicos. Acho que é obrigação de todos conselheiros conhecer o  
200 regulamento. Então, se ele sabe que são três faltas, ele pode até escolher outro representante. No  
201 mesmo prédio, tenha paciência, se fosse uma entidade privada ou uma ONG que fossem maioria, já  
202 estavam excluídas automaticamente. É obrigação conhecer o estatuto. Então, eu concordo com o  
203 Campani para que não se estenda que faça logo a apreciação dessa matéria, uma vez que já receberam  
204 vários ofícios comunicando. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Só para deixar claro, a  
205 respeito da dúvida anterior Artigo 22, parágrafo 3º: *A substituição de membro excluído na hipótese*  
206 *prevista no parágrafo anterior, (que foi o que nós deliberamos aqui as faltas deliberadas) será*  
207 *proposta pelos demais membros da Câmara Técnica e enviada pelo Presidente da Câmara ao*  
208 *plenário do CONSEMA para que este aprove a inclusão.* Como nós fizemos agora com a inclusão da  
209 INGÁ. Próximo ofício, também da mesma pauta, da Presidente da CT Educação Ambiental  
210 exatamente pelo mesmo motivo. CT de Educação Ambiental entidades excluídas: Secretaria da  
211 Educação e SEDAI. Então, as duas serão excluídas. Ficando nessa CT: Comitês de Bacias, FAMURS,  
212 IBAMA, Secretaria de Planejamento e Gestão, Secretaria da Segurança Pública, SEMA,  
213 SINDIÁGUA, SERGS e Instituição Universitária Pública. Então, superado essa etapa, passamos para  
214 o nosso próximo item da pauta. Por favor, Sr. Conselheiro Filipe. **Sr. Filipe Amaral:** Só para registrar  
215 que a última reunião do Regimento Interno foi precedida da reunião de Assuntos Jurídicos e acabou  
216 sendo uma reunião só. Eu cheguei 10h30 a reunião já tinha sido encerrada. Só para que se obedeça  
217 aos horários das reuniões, embora eu reconheça que quase todos os conselheiros são os mesmos. Só  
218 que acabou que os assuntos foram sendo tratados numa reunião única. Só para registrar. **Senhor**  
219 **Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, conselheiro. Próximo item da pauta. **4. Apresentação**  
220 **do pedido de vista de Qualificação do Município de Tramandaí.** Por favor, Lisiane Becker. **Sra.**  
221 **Lisiane Becker:** O pedido de vistas de Tramandaí ocorreu, pois eu não participei da reunião da CT,

222 quem participou foi o meu suplente; e vi que o licenciador seria o próprio Secretário Municipal. Nós  
223 temos uma regra na CT de Gestão Compartilhada de que quanto existe, neste caso, do licenciador ser  
224 o próprio Secretário Municipal do Meio Ambiente, se envia uma correspondência para a Prefeitura,  
225 mostrando que é incompatível, que não é a melhor coisa a se fazer, pois o Secretário tem outros  
226 problemas além de ficar licenciando. E nós temos poucos casos do licenciador ser o secretário, mas  
227 em todos os outros casos nós temos recebidos resultados positivos e a Prefeitura tem colocado outra  
228 pessoa para fazer o licenciamento. No caso de Tramandaí, eu busquei em todo o processo e não  
229 encontrei nenhum ofício que tenha sido encaminhado à Prefeitura dando essa sugestão e pedindo  
230 alteração. Por conseguinte, não encontrei nenhuma resposta da Prefeitura dizendo que não mudaria ou  
231 que trocava. Então, esse é o primeiro ponto a ser discutido. Na equipe multidisciplinar, os  
232 profissionais, somente, dois têm uma porção de responsabilidade técnica, e por coisas pontuais e  
233 anteriores a nomeação em portaria. O profissional é o secretário, que também é o licenciador, que  
234 também é o geólogo. Ele é toda a equipe multidisciplinar. Então, essas licenças, essas RTs estão  
235 vencidas, são anteriores a 2009 quando tinha a portaria para exercer a profissão dentro da equipe. Os  
236 demais funcionários não constam nenhum documento que mostre que estão fazendo a RT, não mostra  
237 se eles são concursados, que são contratados, não fala nada. E aparece uma RT de um funcionário que  
238 não está listado. Então, têm várias questões. Também, não está claro o número de fiscais ambientais.  
239 O município anexou quatro portarias de nomeação em datas bem diferentes. Em novembro de 2006,  
240 são nomeados segundo e quarto colocados, não fala nada sobre o primeiro e o terceiro, sobre o que  
241 aconteceu. Em abril de 2008, é nomeado o quinto classificado e em dezembro de 2008 consta a  
242 nomeação do sétimo classificado. Não diz uma satisfação do por que, não sei se são quatro fiscais ou  
243 se só ficou o último. Não ficou claro isso dentro do processo. Na composição do Conselho Municipal  
244 de Meio Ambiente também não foi encontrado o nome da ONG ambientalista, aparece só o nome das  
245 pessoas. Eu procurei em vários lugares, a CT e a Comissão pediram só o nome da Associação que  
246 tinha a sigla e não tinha o que era, mas a ONG não fala o nome, só consta o nome do titular e do  
247 suplente. No quinto aspecto, isso aqui é mais relativo ao próprio SIGA, porque fala que foi aprovado  
248 em 24/06/2009 e esse plano não foi aprovado em Tramandaí em 2009, já que entrou em abril de 2009,  
249 entrou antes aqui no SIGA. Acho que quis dizer que foram as complementações aprovadas. Está até  
250 dentro do processo é só uma correção aqui. No tocante aos problemas ambientais, o que eu achei mais  
251 grave, realmente, e de repente tenha alguma relação com a equipe, é que o Município elencou oito  
252 problemas ambientais e apresentou dezesseis projetos, só que desses projetos só um atende ao  
253 problema elencado, os outros ficam sem projetos correspondentes, além de sobrar projetos. Não que  
254 seja ruim sobrar projetos, mas deve colocar outros projetos ligados ao meio ambiente, não  
255 relacionados aos problemas. Desses oito problemas, repetindo, só um é, especificamente, ligado ao  
256 programa-projeto, os dezesseis estão colocados no final. O sétimo ponto cabe ressaltar projetos de  
257 fauna e flora. Ele fala só em fiscalização, mas remete no texto ao Programa de Revitalização da Fauna  
258 local e incentivo ao Plano de Arborização do Município. Na verdade, isso aqui seriam dois projetos  
259 que estão dentro de um projeto de Proteção de Fauna e Flora e não descreve nada a não ser a  
260 fiscalização. Por fim, o Plano ambiental na considera alguns problemas ambientais graves,  
261 diferentemente, de qualquer pessoa que vá para o litoral, uma vez na vida, tenha visto isso. É o  
262 problema da sazonalidade na população, no verão aumenta, expressivamente, pela quantidade de  
263 turistas. Isso não foi considerado como um problema ambiental. Também dispersão dos pinus, todo  
264 mundo sabe que no litoral é um problema, a dispersão dos pinus na há controle. Não foi considerado  
265 também, em nenhuma parte do texto, o potencial de desastre ecológico com o duto do petróleo,  
266 também não é colocado, não tem nada que possa mitigar qualquer, não tem plano, não tem projeto,  
267 não tem nem perspectiva. No texto, também fala da queima de quase 10% dos resíduos sólidos da  
268 região e não foi considerado como problema, fala lá no texto, mas não foi considerado como  
269 problema as pessoas queimarem os resíduos sólidos. A abertura de poços clandestinos também foi  
270 colocada lá no texto, mas não é listado como problema ambiental. A degradação dos biófitos eles só  
271 consideram as dunas. As dunas foram os únicos ecossistemas importantes em Tramandaí, o próprio  
272 plano mostra uma diversidade muita grande de biófitos, mas eles só consideram as dunas. Então, eu  
273 achei muito fraco, ele teve uma aprovação unânime, eu não estava na Câmara. **Sr. Niro Afonso**  
274 **Pieper:** Para ficar gravado, a Conselheira Carmem Franco, FEPAM, levanta que a relatora do pedido  
275 de vista não estava presente na Câmara Técnica e está expondo o assunto diretamente no plenário.  
276 **Sra. Lisiane Becker:** Eu acho que esse plano deveria ser fortalecido nesses aspectos de problema

277 ambiental, que, aliás, é condição, sempre foi, de um tempo para cá nós já discutimos isso aqui  
278 também, de uns tempos para cá não é mais pendência não atender a projetos, ter problemas e não ter  
279 projetos. São oito problemas e só um atendeu. Está lá na cartilha que os projetos têm que atender aos  
280 problemas. Ele já não fala de vários problemas que descrevem no texto, mas não colocam nos  
281 problemas ambientais da listagem. E desses problemas só um tem projeto, já seria motivo suficiente  
282 para não aprovar, de remeter ao município para ele completar esses projetos de uma forma mais  
283 eficiente. Têm projetos que, aqui, que não constam só tem o título. Está dentro do Projeto de Fauna e  
284 Flora, como eu falei, o Projeto descreve Fiscalização, mas Programas de Revitalização, Incentivo não  
285 tem. Isso, por si só, já é motivo suficiente para que retorne ao Município de Tramandaí. **Senhor**  
286 **Presidente (Niro Afonso Pieper):** Obrigado, conselheira. Só esclarecendo que, durante a leitura do  
287 relatório de pedido de vistas, a presidência, na verdade exercida, o Secretário teve que se ausentar  
288 momentaneamente para um assunto com alguma urgência. Por isso, então, continuo presidindo aqui.  
289 Apenas, antes da inscrição já pedida pelo conselheiro Paulo Brack da ONG INGÁ, esclarecendo aos  
290 conselheiros que, de viva voz, a conselheira Lisiane da ONG Mira – Serra encaminha como voto  
291 contrário, mas no relatório de vistas não está expresso esse encaminhamento. Eu entendi aqui que  
292 poderia ser como pendência, mas de viva voz, ficou gravado o encaminhamento de redirecionar, de  
293 retornar a Câmara Técnica. Conselheiro Paulo Brack, por favor. **Sr. Paulo Brack:** Inicialmente, eu  
294 queria parabenizar a Mira – Serra pelo parecer. Concordo, plenamente, considerando que não foram  
295 atendidos vários itens que são fundamentais. Eu creio que Tramandaí é um Município que passa por  
296 um processo, como outros do Litoral Norte, um crescimento acelerado em termos de população é  
297 quase incontrolável. Os municípios do Litoral Sul estão com um crescimento médio anual de 4%, 5%,  
298 6% ao ano, uma coisa impressionante, três vezes maior do que os municípios do Brasil. Creio que, até  
299 essa questão primeira. A questão do próprio Secretário ser o licenciador, creio que isso não é  
300 conveniente. Eu, também dou meu testemunho aqui, sou procurado por alguns técnicos de prefeituras,  
301 que por eu ser de uma ONG, alguns reclamam que são pressionados a dar licença, gente concursada,  
302 que é ameaçada de ser colocada para rua se não obedecer à emissão de licenças, mesmo contrárias à  
303 legislação e de uma série de critérios. Pessoas que, infelizmente, estão largando as Prefeituras. Têm  
304 vários municípios, eu conheço três ou quatro municípios, em que alunos nossos estão deixando de  
305 trabalhar, por que isso está gerando, eu acho até que por essa falta de critério, está gerando um fato  
306 consumado que o processo de licenciamento é um processo cartorial. Eu acho que nós temos que levar  
307 a sério aqui, o que a Mira – Serra fez, realmente, nós não temos outra saída além de remeter para que  
308 o município faça os ajustes necessários. Mas, que, realmente, tenham uma equipe suficiente. Para isso  
309 nós temos que ser pedagógicos: ou vamos fazer a coisa séria para que os municípios tenham uma  
310 equipe em que as coisas funcionem mesmo, ou realmente se passar isso aqui os demais municípios  
311 vão vir atrás e dizer: o município tal foi aprovado e também queremos. Eu sou favorável a que esse  
312 processo tenha que retornar, a que o município tenha que responder e se adequar aquilo que é  
313 necessário segundo a lei. Obrigado. **Senhor Presidente (Niro Afonso Pieper):** Obrigado, conselheiro  
314 Paulo Brack. Alguma inscrição mais? Se não houver, então, em regime de votação do relatório do  
315 pedido de vista, encaminhado pela Mira – Serra, que já tem dois votos abertos pelo relatório da Mira –  
316 Serra que se contrapõe ao encaminhamento da CT que seria, por maioria, encaminhado ao plenário  
317 favoravelmente a Qualificação do Município de Tramandaí. Antes da votação, eu quero anunciar que  
318 temos, mais uma vez, a presença do Secretário do Meio Ambiente, Milton Haack, que pelas  
319 sucessivas referências é também o licenciador. E, também, a presença de Antônio José Matos da Silva  
320 da Secretaria do Meio Ambiente. Uma inscrição, como ela mesma pede curtinha, para a Mira – Serra.  
321 **Sra. Lisiane Becker:** Tu disseste uma coisa agora: o parecer contrário ao da CT. Como têm pessoas  
322 novas aqui, vamos deixar bem claro. A CT não analisa o processo em si, não analisa o processo  
323 inteiro. Ele avalia um parecer de quatorze a vinte páginas, então, um resumo. Avalia em cima disso, e  
324 discutido quando está presente alguém da Prefeitura ou da Consultoria. Então, eu peço vistas,  
325 justamente, para ler todo o processo e daí se tiram essas lacunas. Para deixar bem claro que a CT  
326 analisa um parecer, que vem da Comissão. Quando é pedido vista, eu analiso todo o processo e  
327 surgem essas dúvidas que, muitas vezes, passam batido pela Comissão. Só para deixar bem claro isto.  
328 **Senhor Presidente (Niro Afonso Pieper):** Temos mais uma inscrição, nós já estávamos caminhando  
329 para o período de votação, mas Conselheiro Campani, por favor. Se alguém mais quiser se inscrever  
330 durante a fala do Conselheiro Campani ou então colocamos em votação. **Sr. Darci Campani:** É mais  
331 uma questão de esclarecimento para a mesa. Na última reunião da CT, eu entendi como um elogio, fui

332 chamado de novato, pois eu não sabia, exatamente, como funcionavam as coisas em termos desse  
333 procedimento legal. Então, eu queria um esclarecimento aqui: Como é que está sendo tratada a  
334 questão das pendências? Na reunião da CT, não sei se está na ata ou não, pois são essas coisas que se  
335 fala rapidamente, que as pendências não têm valor nenhum, é dado o Licenciamento e as pendências  
336 vão para o espaço. O que agente, inclusive, reivindicou e uma vez já o próprio Pieper nos trouxe um  
337 relatório, que agente achou um pouco insuficiente, com necessidade de ser aprofundado. Mas, na  
338 reunião, eu questionei e o meu entendimento é que se um município após o prazo, que é fixado pela  
339 própria resolução que é de 120, 180, a própria resolução deve fixar a prazo para a resolução das  
340 pendências, que se o município não resolver é cassada, não sei qual é a figura jurídica é outorga, é  
341 licença? A qualificação, então, seria cassada a Qualificação. Na reunião, a representante da FEPAM  
342 disse que não existe a figura de cassar a Qualificação. Só para sabermos o que estamos votando aqui.  
343 **Senhor Presidente (Niro Afonso Pieper):** Apenas a título de esclarecimento, não sei se fui eu que  
344 usei o termo, provavelmente não, mas vou elogiar-lo mais uma vez com o termo: novato. O senhor não  
345 estava certamente neste Conselho quando foi votada a Resolução 167, porque antes vigia a  
346 desabilitação e foi o principal ponto alterado na resolução que trata da Qualificação, não existe  
347 desqualificação. Isso é um controle que deve ser feito por outros métodos, na época, até a Secretaria  
348 sugeriu que constasse, expressamente, Tribunais de Contas e Ministério Público. Mas, isso fica  
349 subentendido, esse controle. A respeito das pendências, também acho que a contrário senso do que foi  
350 dito aqui e já concluo, acho que a CT deve receber uma moção de apoio e de louvor pelo trabalho que  
351 vem fazendo na análise e na orientação dos Municípios. Eu faço parte da Câmara, já presidi a Câmara  
352 e, apesar de também ser meio novato, eu vejo o quanto nós evoluímos. Quanto às pendências, seria  
353 uma irresponsabilidade entendê-las como legadas ao esquecimento. O senhor mesmo se referiu aqui  
354 que, periodicamente, são feitos relatórios. Mas, não existe o instrumento da desqualificação, apenas  
355 para esclarecer. Não houve nenhuma inscrição neste período da minha fala e da manifestação do  
356 Conselheiro Campani. Por isso, coloco em votação o Parecer da Mira-Serra, como expresso no  
357 microfone, não como escrito aqui, de retornar a CT. **Quem for favorável a não Qualificação, neste  
358 momento, e o retorno do processo manifeste-se com o cartão de votação? (Onze votos pelo  
359 retorno. Quem se abstém? Uma abstenção. Quem é contrário ao retorno? Dois votos e mais o  
360 nosso aqui da SEMA, três votos contrários ao retorno). Então, por maioria.** A palavra será  
361 concedida ao Município, ainda que não tenha sido aprovada, até por solicitação e acho que da boa  
362 prática democrática também de propiciar o contraponto. **Sr. Milton Haack:** Boa tarde a todos. Na  
363 realidade, eu quis me manifestar, justamente, após a votação, pois acho que não caberia esse tipo de  
364 discussão no sentido de defender a Qualificação do Município. Eu só queria fazer algumas  
365 referências, inclusive, no sentido de parabenizar ao trabalho da ONG, à análise. Alguns pontos,  
366 absolutamente, somos obrigados a concordar, outros pontos agente poderia discorrer aqui, mas acho  
367 que não é adequado. A questão da Administração pública Municipal é de absoluto dever do  
368 município, quem determina é o município. Não há nada que impeça o município de determinar quem  
369 ou qual pessoa vai ser responsável pelo licenciamento. Isso ficou assim colocado e vai ficar assim.  
370 Essa é uma determinação do prefeito. Apesar de aceitar a consideração e apesar de saber que em  
371 outros municípios é feito de outra forma, em Tramandaí não vai ser acontecer, vai acontecer como  
372 está colocado aí. Em alguns pontos do projeto, como a questão da população, vocês considerarem que  
373 é um problema, mas é um problema que nós vamos ter um projeto a resolver este impacto ambiental  
374 da superpopulação em Tramandaí. Temos algumas coisas, como eu disse, que nós podíamos  
375 contrapor, outras coisas que eu poderia colocar. Foi uma pena que, na realidade quando a CT fez a  
376 análise do processo, não nos tenha feito esses questionamentos, pois poderiam estar até solucionados.  
377 Os questionamentos que nos foram feitos pela CT, foram, absolutamente, diversos dos que foram  
378 feitos agora. Basicamente, apenas um, realmente, repetiu que foi a correlação entre problemas  
379 encontrados e dos planos e projetos, que a meu ver pode ter uma incongruência, mas que, de qualquer  
380 forma, há um cuidado muito grande. Tanto é que existem muito mais planos e projetos do que  
381 problemas. De qualquer forma, eu quero agradecer e parabenizar aos conselheiros pelo cuidado que  
382 vem tendo quanto essas questões das Habilitações. Isso demonstra a seriedade do trabalho que tem  
383 sido feito e, de qualquer forma, pelo que ficou estabelecido aqui, Tramandaí vai fazer as correções  
384 necessárias e vai apresentar novamente, conforme manda a Legislação do CONSEMA, dentro do  
385 prazo estabelecido para tentar cumprir com a sua obrigação, ou seja, que a Habilitação ocorra antes de  
386 dezembro deste ano. Essa é a nossa posição e, de qualquer forma, deixamos aqui o nosso

387 agradecimento. **Senhor Presidente (Niro Afonso Pieper):** Muito obrigado, Milton Haack. Eu vou te  
388 fazer um questionamento, porque o Município logo vai voltar à pauta e foi manifestado aqui rever a  
389 questão do licenciador. Eu não sei se está colocado, se o senhor disse ou não, se é funcionário efetivo,  
390 concursado ou cargo de confiança. **Sr. Milton Haack:** Cargo de confiança. **Senhor Presidente (Niro**  
391 **Afonso Pieper):** Está bem. É que o Secretário poderia ser concursado. Apenas estava querendo  
392 ajudar, pois se fosse poderia ser mais um ponto favorável e já poderia ficar esclarecido desde já.  
393 Apenas lembrando que nós temos mais dois municípios na pauta e com isso também concluímos, até  
394 porque já votamos. **Sr. Paulo Brack:** Eu acho que a questão fundamental para nós hoje, o licenciador  
395 não pode ser um cargo de confiança. Pelo simples fato de que o licenciador, do ponto de vista técnico,  
396 da viabilidade de qualquer tipo de empreendimento, ele tem que ter a sua consciência, baseado em  
397 toda a legislação, de poder julgar um julgamento qualquer, até de um ente do judiciário também.  
398 Então, por isso que nós frisamos isso. A própria FEPAM tem no estatuto da diretoria-técnica ser eleita  
399 pelos funcionários, para não haver a ingerência política. Nós consideramos que a ingerência política,  
400 independente do partido político, não estou falando de partido aqui, mas o licenciador não pode ser  
401 uma correia de transmissão de um interesse político de um governante. Ele tem que ter a sua  
402 consciência, tem que ter a liberdade de poder dizer não e para ter a liberdade de sim ou não. Ele tem  
403 que ser um cargo efetivo, concursado, para que não sofra assédio moral, como, infelizmente, agente  
404 vem vendo. Eu acho que essa é uma questão, para nós, fundamental, que agente deveria discutir mais  
405 aqui dentro, porque o Rio Grande do Sul é o Estado que a Habilitação Municipal mais cresce em todo  
406 Brasil. Se ela daqui vai sair como modelo, nós temos que discutir esse modelo, pois ele tem que ser  
407 melhorado. Ele não pode, digamos assim, reproduzir uma lógica que nos parece perversa, de que o  
408 cargo de confiança possa dar licença, ele depois que o governo sai, vai sair junto. Depois, como nós  
409 vamos cobrar aquela licença dada considerando que ele não estará mais no governo. Então, eu acho  
410 que essa é uma questão fundamental para o nosso Conselho, eu estou só fitando esse fato relacionado  
411 a Tramandaí, mas nós temos que discutir. Ao diretor aqui da secretaria, acho que esse não é um tema  
412 menor, é um tema fundamental, porque se nós não tivermos esse critério; um critério que seja  
413 entendido por todo plenário e que seja discutido, de repente posso eu estar errado também, mas se  
414 esse critério não esteja claro para todos, nós vamos continuar fazendo, tomando decisões que podem  
415 nem sempre estar de acordo com a nossa consciência. **Senhor Presidente (Niro Afonso Pieper):**  
416 Muito obrigado, Paulo Brack. Ainda que tenha algumas incorreções nas colocações. Nós encerramos  
417 a análise do processo de Tramandaí e passemos para outro. Se o Mauro for responder a respeito da  
418 Diretoria Técnica da FEPAM, eu já faria esse esclarecimento, mas eu não quero alongar essa  
419 discussão. Há incorreções a respeito da obrigatoriedade. Eu faria o esclarecimento, Mauro, a respeito  
420 da Diretoria Técnica, mas tu podes ser mais abrangente. **Sr. Mauro Moura:** A FEPAM não escolhe  
421 Diretor Técnica, cada eleição de Governador o Conselho de Administração da FEPAM escolhe um  
422 dos Diretores do Administrativo ou Técnico que vai ser eleito. Não é o Diretor Técnico  
423 essencialmente. Mas, era isso que eu queria falar. Eu acho que está se esquecendo aqui que o  
424 licenciamento é um ato complexo. Quem assina as licenças da FEPAM ou grande parte delas na  
425 FEPAM é a Dra. Regina. Por que eu digo um ato complexo? Porque, eu não me lembro agora o  
426 número de processos da FEPAM, e cada tipo de licença tem uma complexidade institucional, tem um  
427 grupo técnico que assina os seus pareceres e a licença é só fechada para o Diretor assinar. Então, eu  
428 não vejo onde é que está essa grande discussão, se o Secretário assina uma licença ou não assina,  
429 porque isso tem um rito. O Secretário não pode assinar uma licença sem o processo administrativo  
430 formado, com o parecer técnico do seu grupo institucional. Eu não entendo onde é que essa discussão  
431 vai levar. É só isso. **Senhor Presidente (Niro Afonso Pieper):** Esse esclarecimento quando for  
432 pautado até pode ser rediscutido. Têm conselheiros que se queixam da repetição dos assuntos, está aí  
433 um assunto que, talvez, tenha que ser pautado. Eu vou passar a palavra para a Carmem Franco da  
434 FEPAM, que é Presidente da CT de Gestão Compartilhada Estado/Município para fazer o parecer do  
435 Município de Catuípe que na CT foi aprovado por maioria. **5. Qualificação de Municípios. Sra.**  
436 **Carmem Franco.** Em primeiro lugar, boa tarde a todos. Em relação ao Município de Catuípe consta  
437 na ata: *A recomendação: aumento da escala dos mapas para 1: 25.000. Ficam como pendências:*  
438 *complementação dos Mapas temáticos; complementação do Zoneamento Ambiental; complementação*  
439 *da lista de fauna e flora.* Apresentadas no parecer que foi analisado na última reunião da CTP de  
440 Gestão Compartilhada. Reiterando o que foi falado aqui pelo Presidente da mesa, este Município foi  
441 aprovado por maioria, nesta última reunião da CTP de Gestão Compartilhada. **Senhor Presidente**



442 **(Niro Afonso Pieper):** Muito obrigado, Carmem. Eu queria aproveitar para dizer que está presente o  
443 integrante da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Catuípe, Cleriston  
444 Marchesan. Inscrições? Professor Lewgoy. **Sr. Flávio Lewgoy:** É só uma questão, não sei se de  
445 ordem ou não ordem, é que eu tenho notado que nas últimas reuniões que eu compareci ou as duas  
446 últimas não mais de faz presente a taquígrafa. Foi declarado extinta a função? Ou vamos ficar só na  
447 gravação de gravação? Como é que é para a confecção das atas? Então, eu queria saber se não mais  
448 teremos registros taquígráficos das reuniões. **Senhor Presidente (Niro Afonso Pieper):** Se não é de  
449 ordem, pode ser de desordem. Mas, não é de desordem absoluta. Esclareço, Conselheiro, na verdade a  
450 Secretaria não tem a função de taquígrafo. Faz essas contratações por Contratação de Serviços  
451 Técnicos e esse processo, a nova contratação, demorou um pouco mais do que o estimado, mas nós  
452 tornaremos a ter, tanto no Conselho de Meio Ambiente quanto no Conselho de Recursos Hídricos. É  
453 difícil estimar, pois é um processo licitatório e, se não me engano, deu deserto em uma das  
454 oportunidades. Na verdade, eu recolho a informação da Conselheira Káthia, é sobre deserto, não é?  
455 Isso aconteceu na primeira contratação. Se os Conselheiros estão lembrados, nós também chegamos a  
456 desmarcar uma reunião para na ter prejuízo às deliberações. Na verdade, está sendo feito de forma um  
457 pouco mais amadora, ou precária, com a ata mais resumida. Mas, acho que, por enquanto, não está  
458 tendo nenhum prejuízo à clareza e ao conjunto das informações. Mas, tornaremos a ter, não é uma  
459 abdicação da função. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Eu conversei com o Giancarlo em  
460 uma dessas reuniões do GT de Legislação e ele me disse que houve o processo licitatório e que não  
461 apareceram candidatos. Eu perguntei para ele se não teria como fazer uma Contratação Emergencial,  
462 já que não vieram interessados, ele disse que a coisa ia ser mais ou menos por aí. O que de fato está  
463 acontecendo é que já faz bem mais do que duas reuniões, Professor Flávio, que agente está sem essa  
464 questão da taquígrafia e quando agente tem que rever atas anteriores, agente sente falta, realmente,  
465 dessa transcrição. Uma coisa é agente ler a ata da reunião passada, que agente pensa que está tudo ali,  
466 e daqui a dois anos agente vai ver que está faltando. Então, é fundamental, é preciso que haja uma  
467 urgência, uma prioridade nesse assunto, pois isso está sendo mais um retrocesso para o CONSEMA.  
468 **Senhor Presidente (Niro Afonso Pieper):** Obrigado pela participação Conselheira. Eu vou pedir para  
469 que isso seja registrado: tanto de providenciar agilidade quanto crescer todas as informações às atas.  
470 Faço o registro de que todas as informações que tenham relevância sejam registradas na ata. Como  
471 aqui todas são de relevância será uma transcrição literal. É sobre o município? Sim, é isso que eu ia  
472 pedir aos Conselheiros. A questão de ordem delegou para um assunto que seria administrativo, que  
473 nos deveríamos tratar em Assuntos Gerais, voltemos ao Município, inscrição da Lisiane da Mira-Serra  
474 e durante a manifestação da Mira-Serra podem ser feitas outras inscrições. **Sra. Lisiane Becker:**  
475 Catuípe eu achei, assim, muito simpático o processo do Município, mas a minha simpatia caiu por  
476 terra quando o representante me disse que o licenciador, que era o biólogo, ia sair. Como eu tive que  
477 sair, porque eu sou funcionária pública, também trabalho na parte ambiental da Prefeitura. Eu tenho  
478 bastante experiência no que eu digo aqui, tenho dezoito anos de Prefeitura. Então, eu me sinto  
479 bastante à vontade em falar sobre isso. Saí, pois eu tinha um compromisso lá na Prefeitura em cima de  
480 Plano Ambiental e não pude ficar até o final, já eram cinco horas. Eu gostaria de acrescentar na lista  
481 de sugestões, deixar aqui verbalmente: Vocês têm atividades com trator, etc. Que vocês cuidassem  
482 muito dos derivados de petróleo, pois quem trabalha com maquinário precisa ter bastante atenção na  
483 hora de lavagem, de troca. É uma questão que, normalmente, os municípios não se atêm. A questão do  
484 agrotóxico também, o cuidado na hora de licenciar quem vai revender, na hora de aplicar. A  
485 piscicultura, cuidar com as fugas dos peixes. Normalmente, o criatório é feito dentro de um Arroio  
486 que deságua em outro, que deságua em outro e assim, vão tendo o problema com as espécies nativas.  
487 A água mineral também é destacada o processo e no parecer. Outro cuidado que vocês vão ter que ter  
488 bastante, em relação à não contaminação dessas águas subterrâneas. Aproveitar mais a Rota de  
489 Yucumã, para ter retorno em termo de turismo. Aproveitar que vocês estão perto da Rota do Yucumã  
490 para fazer alguma coisa para fortalecer o Município neste aspecto. Um maior destaque para a  
491 conservação das Unidades de Conservação tanto públicas como particulares. Pois, este tipo de  
492 Floresta Estacional é uma das mais ameaçadas, isso é muito importante e já está bem fragmentada  
493 como vocês já colocaram no próprio projeto. Criar corredores biológicos de fauna e flora, já que estão  
494 na Rota do Yucumã. Depois tu vais ter que perguntar para o biólogo como faz isso daí. Criar um  
495 Corredor não é uma Unidade de Conservação, é um Corredor. Num projeto vocês colocaram, me  
496 chamou a atenção, Preservar e Recuperar as Matas já existentes. Não, agente não recupera mata

497 existente, só preserva, acho que houve um problema de redação no processo. Então, seriam essas as  
498 principais sugestões que eu queria acrescentar que por motivos profissionais não pude ficar depois das  
499 cinco horas. **Senhor Presidente (Niro Afonso Pieper):** Muito obrigado, conselheira Lisiane. Vou  
500 passar para a Presidente da CT. Antes de passar, informar que não exatamente na linha das pendências  
501 já apontadas, talvez não tenha dado tempo, mas o Município apostou ao processo nesta data um  
502 conjunto de informações, as providências em relação a saneamento, que não consta no relatório, que  
503 são acréscimos de informações a respeito da gestão do Município. **Sra. Carmem Franco:** Em relação  
504 ao Município de Catuípe, solicito a sua manifestação por escrito para ser anexada ao processo, por  
505 gentileza, para ser enviada ao Município para eles tomarem conhecimento formalmente. **Senhor**  
506 **Presidente (Niro Afonso Pieper):** Obrigado, Presidente da CT Carmem Franco. Então, em processo  
507 de votação o Município de Catuípe, pela Qualificação do Município. Contemplando já as pendências  
508 apontadas pela CT, podem ser e devem ser acrescidas dessas apontadas pela Conselheira Lisiane, que  
509 pelo seu saber não vou nem colocar em votação se isso vai precisar ser contemplado pelo Município.  
510 Acredito que toda essa contribuição, e o Município está presente, ela é válida e fica registrado, mais  
511 uma vez, que esses prazos, comumente são de 180 dias, mas que o Município, a partir de agora,  
512 providencie já essas adequações, que são para o aprimoramento da gestão local e quase  
513 imprescindíveis como se vê nos instrumentos que são pedidos. Então, em votação o Município de  
514 Catuípe, pela Qualificação do Município podem levantar o seu cartão de votação. **(Doze 11 votos**  
515 **favoráveis. Contrários a Qualificação do Município de Catuípe? Nenhum. Abstenções? Quatro**  
516 **4 abstenções). Então, Qualificado o Município de Catuípe por maioria.** Então, passamos ao relato  
517 do parecer do Município de Paulo Bento. Desta vez vou fazer, me permita Carmem, a saudação ao  
518 Prefeito de Paulo Bento, Sr. Gabriel Jevinski, ao Presidente da Câmara, Carlos Alberto Dallagnol, ao  
519 assessor jurídico, Ricardo Michelin, ao coordenador do Meio Ambiente, Evandro Barotto, aos  
520 vereadores Jandir Maiduck e Ivan Scalabrin, todos do Município de Paulo Bento que estamos  
521 iniciando a análise aqui. Também, antes da leitura do parecer eu vou consultar ao Marchesan se quer  
522 fazer uso da palavra? Não. Então, parabéns ao Município de Catuípe e um bom trabalho. Carmem  
523 Franco para a leitura do parecer do Município de Paulo Bento. **Sra. Carmem Franco:** Foram  
524 colocadas em ata as seguintes recomendações em relação à Qualificação do Município de Paulo  
525 Bento: *disponibilização de profissionais habilitados para outras áreas, que serão necessários ao*  
526 *licenciamento; isso se refere, basicamente, se não me engano na área de geologia; falta de projetos*  
527 *para Saneamento de esgoto e Projetos contra a Drenagem de Banhados; a Prefeitura deve se*  
528 *apropriar do controle, recolhimento e destino correto aos resíduos industriais.* Essas seriam  
529 recomendações. Fica como pendência: *Alteração da lei 1014/2009, retirando a previsão do Decreto*  
530 *federal nº 3179/1999, inserindo o decreto nº 6514/2008, alterado pelo decreto nº 6686/2008.* Com  
531 uma pequena ressalva, pois eu acredito que essa ata não foi ainda submetida aos senhores  
532 Conselheiros. Então, eu perguntei à Conselheira Lisiane em relação a essa questão de drenagem de  
533 banhados e ela se manifestou, verbalmente, dizendo que a posição dela na CT foi que faltava algum  
534 tipo de projeto, algum tipo de ação contra as drenagens de banhado que vem ocorrendo no Município.  
535 **Senhor Presidente (Niro Afonso Pieper):** Obrigado, Conselheira Carmem Franco, presidente da CT.  
536 Alguma inscrição para debater sobre o Município de Paulo Bento. Uma inscrição da Mira-Serra,  
537 conselheira Lisiane Becker. **Sra. Lisiane Becker:** Me deu até uma certa vontade de pedir vistas, mas  
538 eu não vou pedir. É porque eu achei o Município no dia muito retraído e resistente a qualquer  
539 sugestão. Até depois com a evolução da conversa foi melhorando, mas na hora eu senti uma  
540 resistência muito grande a qualquer sugestão. Eu queria frisar uma coisa: que é um ecótono que tem  
541 lá, de floresta ombrófila mista e estepe. Então, aumenta a biodiversidade quando nós estamos na área  
542 de transição. Tem 77% de agropecuária, mais ou menos, e cerca de 22% de remanescentes Florestais.  
543 Então, deixaria aqui como uma sugestão, veemente, de que fosse tentado montar algum incentivo para  
544 a produção. Como eu falei, também, para Derrubadas que, agora, nós temos um Plano Nacional para  
545 Serviços Ambientais, seria interessante e bastante oportuno. Vocês têm tão pouca mata ainda  
546 remanescente, para vocês conservarem. Ainda, acrescentar no Plano, eu não vi isso no parecer, é que  
547 estão faltando na lista de flora algumas espécies que são protegidas pela Lei Estadual, mas não estão  
548 ameaçadas. É o caso da figueira e da eritrina, são dois tipos de eritrina que estão protegidas pela Lei  
549 Estadual e a figueira também. Então, colocar isso no plano, pois só fala das espécies ameaçadas. O  
550 resto eu já tinha comentado lá, espero que tenham anotado. Tem 254 km de extensão de águas, de rio,  
551 que, realmente, tem que fazer um trabalho, porque eu acho que esses 22% não estão na mata ciliar.

552 Então, incrementar isso daí. **Senhor Presidente (Niro Afonso Pieper):** Muito obrigado, pela  
553 manifestação da Conselheira Lisiane. E todos os conselheiros são conhecedores do Regimento  
554 Interno, que diz que o pedido de vista é um direito. **Sra. Carmem Franco:** Eu solicito, novamente, a  
555 Conselheira que, por gentileza, faça sua manifestação chegar por escrito na CT, para que possa ser  
556 oficiada ao Município. **Senhor Presidente (Niro Afonso Pieper):** Eu encurtaria o caminho, pode ser  
557 direto ao SIGA para fazer as correspondências, pois a CT se reúne esporadicamente e o SIGA pode  
558 dar até mais agilidade a esse processo. **Sra. Carmem Franco:** Sendo para agilizar o processo nada  
559 contra. Só que a CT também deve ter conhecimento para ser acostado ao processo. **Senhor**  
560 **Presidente (Niro Afonso Pieper):** É do município? O senhor é o Prefeito? Se for um esclarecimento,  
561 nós aceitamos. A manifestação será oportunizada logo após a votação. **Sr. Ricardo Michelin:** A falha  
562 na legislação que foi apontada pela CT, já está corrigida e consta no processo que foi encaminhado,  
563 hoje de manhã, no protocolo. Então, já está sanada a pendência na legislação. **Senhor Presidente**  
564 **(Niro Afonso Pieper):** É bom o esclarecimento, e, também, demonstra a agilidade em solucionar.  
565 **Então, em votação a Qualificação do Município de Paulo Bento. Quem for favorável, levante seu**  
566 **cartão de votação. Novamente, (doze 11 votos favoráveis. Votos contrários? Nenhum.**  
567 **Abstenções? Quatro 4 abstenções). Também aprovado por maioria.** Aceito a inscrição da Lisiane.  
568 **Sra. Lisiane Becker:** Eu, normalmente, trago aqui um volume sobre Mata Atlântica para dar aos  
569 municípios. Só que como eu vim direto e fica muito pesado, eu vou encaminhar para a Secretaria  
570 remeter a vocês esse livro, que fala sobre esses os diversos tipos de Ecossistemas da Mata Atlântica.  
571 Pode ajudar vocês e é bom para aumentar o acervo da biblioteca. **Senhor Presidente (Niro Afonso**  
572 **Pieper):** Perfeito Lisiane, a senhora repassou os custos da remessa, mas a Secretaria aceita o encargo.  
573 Eu vou passar a palavra ao Prefeito Gabriel Jevinski para sua manifestação e aproveito, também, para  
574 parabenizar pela aprovação, pelo processo encaminhado e pela agilidade na resposta. **Sr. Gabriel**  
575 **Jevinski:** Queria cumprimentar a mesa aqui e aos demais conselheiros. E, dizer que o Município de  
576 Paulo Bento é um município novo, com apenas dois mil habitantes de dez anos de Município. Agente  
577 sempre procura e vai procurar cada vez mais, fazer com que o meio ambiente, porque é a nossa vida,  
578 seja preservado. Só vou discordar da colocação da Lisiane, eu acho que não foi o Município que se  
579 colocou contrário, foi um representante. A senhora viu que hoje o Município já tomou as providências  
580 ele não está aí. Quero dizer que agente sempre foi de ouvir, de procurar melhorar, e, hoje, como  
581 representante do povo de Paulo Bento agente está aqui. Estamos dispostos e vamos ser, com certeza,  
582 um exemplo no Meio Ambiente no Estado do Rio Grande do Sul. Agradeço aos conselheiros que  
583 votaram a favor, agradeço aos que se abstiveram, porque quando todo mundo aprova é fácil para  
584 agente relaxar. Com certeza, não ficamos magoadas, e sim com a certeza de que o nosso papel é muito  
585 importante na preservação do meio ambiente. **Senhor Presidente (Niro Afonso Pieper):** Obrigado  
586 pela participação aqui Prefeito e pela grande delegação. Isso demonstra a vontade de acertar. Eu acabo  
587 concordando com o Prefeito quando não é unânime aí se sabe que há algo ainda por aprimorar. Então,  
588 parabéns aqui da mesa, mais uma vez, ao Município de Paulo Bento. Nós temos mais assuntos na  
589 pauta. Chegamos a Assuntos Gerais. **6. Assuntos Gerais.** O Conselheiro Ivo Lessa não está presente,  
590 mais encaminhou um parecer, que vai ficar prejudicada a sua análise e leitura, sobre Localização de  
591 Revendas de Agrotóxicos. Então, a Presidência inclui, automaticamente, na pauta da próxima reunião.  
592 Temos a inscrição do Professor Lewgoy. **Sr. Flávio Lewgoy:** Desculpe, mas eu faço parte da CT. Eu  
593 não sei se a Comissão está feito zumbi como morta-viva ou foi dado o atestado de óbito a CT de  
594 Agrotóxico? Não se reúnem a dez, onze meses. Eu fico, digamos, estranhado ao ver que está  
595 chegando um parecer técnico quando a Comissão não tem se reunido. **Senhor Presidente (Niro**  
596 **Afonso Pieper):** Eu esclareço. Na verdade, apesar do assunto ser Agrotóxicos, e eu esqueci de fazer o  
597 esclarecimento, veio da Presidência da CT de Biodiversidade e Política Florestal. E lá que o assunto  
598 estava. **Sr. Flávio Lewgoy:** A CT está em estado de suspensão. Mas, de qualquer forma, vamos ouvir  
599 a leitura. **Senhor Presidente (Niro Afonso Pieper):** Apenas esclarecer ao Conselheiro, ele não é para  
600 deliberação e sim para conhecimento do plenário. Não se trata de instituir uma Resolução.  
601 Esclarecendo aqui, também, a Secretaria informa que o assunto passou pela CT específica já, como  
602 não poderia deixar de ser à CT de Agrotóxico só que há mais tempo. **Sr. Flávio Lewgoy:** Eu acredito  
603 que não, passou mais não foi deliberado. Eu estava presente. **Senhor Presidente (Niro Afonso**  
604 **Pieper):** O processo está aqui para consulta. Eu posso retornar ao assunto. **Sr. Flávio Lewgoy:** Eu  
605 estou falando como um integrante que fui ou sou da CT de Agrotóxicos. Eu me lembro que esse  
606 assunto foi, acaloradamente, debatido a Localização dos depósitos de Agrotóxicos. E não se chegou a

607 uma deliberação, a um parecer. Então, eu me pergunto de onde está surgindo esse parecer que não  
608 passou pela Câmara quando ela funcionou. Portanto, eu vou ouvir, claro, mas estou, de antemão,  
609 contestando a validade desse parecer, pois é um assunto sério de mais para não ser deliberado pela CT  
610 respectiva. **Senhor Presidente (Niro Afonso Pieper):** Foi bom não ter prolongado um pouquinho os  
611 esclarecimentos, porque o processo esclarece, como não poderia deixar de ser. Na verdade, foram  
612 extraídas cópias integrais e a manifestação da CT de Biodiversidade é decorrente da cópia. Então, o  
613 processamento foi simultâneo na CT de Agropecuária e Agroindústria, na CT de Biodiversidade e  
614 Política Florestal e continua em análise o processo principal na CT de Agrotóxicos. Então, esta é a  
615 situação, mas, talvez, pelo tempo decorrido e por ter recebido a incumbência de analisá-lo, a CT de  
616 Biodiversidade chegou a uma conclusão antes, e por isso encaminhou o seu parecer. Inclusive, essa  
617 presidência revisa sobre pautar na próxima reunião, porque, na verdade, a pauta no plenário deve ser  
618 quando as Câmaras demandadas tiverem o seu relatório pronto como Minuta de Resolução. Então,  
619 não estará pautado, pode colocar na ata, porque essa é a simplesmente a informação de uma das CT  
620 demandadas. Eu passo a um outro assunto geral, esse sim de um tema novo, que é a correspondência  
621 da FIERGS e da UFRGS. Vou ler na íntegra, porque é para distribuição. *Tendo em vista a publicação*  
622 *no Diário Oficial do Rio Grande do Sul (DOE) de 26/04/2010 da Portaria FEPAM 16/2010 que*  
623 *dispõe sobre o Controle da Disposição Final de Resíduos classe 1 com características de*  
624 *inflamabilidade no solo em Sistemas de destinação final de Resíduos, denominados Aterro de*  
625 *resíduos classe 1 e Central de Recebimento e Destinação de Resíduos Classe 1 no âmbito do Estado*  
626 *Rio Grande do Sul e a vigência do decreto federal 5940 de 25/10/2006 que institui a separação dos*  
627 *resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades administração pública federal, indireta e*  
628 *direta, da fonte geradora. E a sua destinação às Associações e Cooperativas de catadores de*  
629 *materiais recicláveis, que dá outras providências. As entidades FIERGS e UFRGS, que são*  
630 *representantes do CONSEMA, vêm, respeitosamente, requerer que: Ponto 1- A Portaria FEPAM*  
631 *16/2010 seja discutida na CT de Resíduos Sólidos com o objetivo de avaliá-la e, se necessário,*  
632 *regulamentar via CONSEMA a Disposição final de Resíduos classe 1 com características de*  
633 *inflamabilidade. Ponto 2- Que o decreto federal 5940/2006 seja discutido na CTP de Resíduos*  
634 *Sólidos com o objetivo de procuramos a criação de um instrumento legal parecido para o Estado do*  
635 *Rio Grande do Sul. Entendemos que a discussão sobre a destinação de Resíduos Sólidos inflamáveis*  
636 *e a efetiva aplicação da separação dos resíduos recicláveis pelos órgãos e entidades de*  
637 *administração pública é de grande importância e deve ser ampliada para os demais setores da*  
638 *sociedade. Garantindo a participação de todos na decisão de ações voltadas a melhoria da*  
639 *destinação de Resíduos Sólidos no Rio Grande do Sul. Não estão identificadas assinaturas, apenas se*  
640 *lê, aqui, na UFRGS como Darci Campani. Na FIERGS é o Júlio. Então, isso é pauta nova para a*  
641 *distribuição para a CT de Resíduos Sólidos. Alguma CT mais que tenha relação? Não. Então, CT de*  
642 *Resíduos Sólidos, eu vejo aqui que são dois assuntos, mas eles podem correr em paralelo dentro do*  
643 *mesmo processo. Então, distribuído, deverá ser formado processo administrativo, porque é a primeira*  
644 *manifestação a respeito. Ainda em Assuntos Gerais, recebemos, mais uma vez, ofício Mira – Serra.*  
645 *Tratando da indicação de Organizações Não Governamentais. Eu vou ler na íntegra, também. Ofício*  
646 *Mira-Serra 29/2010, Porto Alegre 16 de junho de 2010. Prezado Senhor, Em atenção ao que*  
647 *determina a Lei 10.330, de 27 de dezembro de 1994 da criação do Conselho em seu art. 8º, que define*  
648 *os membros do Conselho, relembramos o item 1 onde consta que o CONSEMA terá cinco*  
649 *representantes de entidades ambientalistas de caráter estadual ou regional, constituídas há mais de*  
650 *uma no. Assim sendo, e, Considerando que a Resolução CONSEMA 107/05 determina que as*  
651 *entidades ambientalistas para ocuparem assento no CONSEMA serão indicadas pelo APEDEMA. E,*  
652 *considerando que a ONG Amigos da Floresta obteve indeferimento em seu pedido para integrar o*  
653 *Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas (parecer em anexo), visto não atender aos critérios*  
654 *que as definem na Resolução CONAMA nº 292. Vimos pelo presente reiterar a necessidade da*  
655 *nomeação da ONG IGRÉ, indicada pela APEDEMA, e escolhida pelo coletivo das entidades*  
656 *ambientalistas gaúchas, para a quinta vaga das entidades ambientalistas do CONSEMA, conforme*  
657 *previsto na legislação em vigor. Na esperança de solucionarmos esta questão, pendente há anos,*  
658 *aguardamos retorno. Cordialmente, Lisiane Becker, Conselheira, e Káthia Vasconcellos, Suplente. A*  
659 *correspondência, friso, é da ONG Mira-Serra. Como já deliberado na reunião anterior, essas*  
660 *indicações, e ela é uma reiteração, deve ser apensado e encaminhado em conjunto com o processo já*  
661 *em andamento. Inclusive, tem um registro, veemente, na ata anterior de que se agilize a análise do*

662 processamento nos Órgãos Estaduais. Também, uma correspondência da ONG Amigos da Floresta.  
663 Hoje, lamentavelmente, ausente como lemos no início. Também, vou ler na íntegra, não é muito  
664 longa. *Senhor Presidente, Face a ausência dos representantes da Amigos da Floresta na reunião do*  
665 *CONSEMA no dia de hoje, e da recorrente manifestação das ONGs Mira-Serra e Amigos da Terra*  
666 *pleiteando a substituição da nossa entidade neste Conselho, vimos reafirmar a posição da entidade*  
667 *em relação ao assunto: 1. A participação da Amigos da Floresta no CONSEMA decorre de um*  
668 *pedido encaminhado à Casa Civil, a qual tem competência legal, incumbência e decisão sobre a*  
669 *inclusão ou substituição das entidades componentes do Conselho; 2. Consideramos deselegante e*  
670 *constrangedora a discussão desse tema neste plenário, considerando que não é o fórum de decisão*  
671 *para o assunto; 3. Entre as atribuições do CONSEMA não está a sua composição, razão pela qual*  
672 *não merece ser objeto de apreciação dos Conselheiros; 4. Desse modo, solicitamos ao Senhor*  
673 *Presidente não submeta o tema a votação ou decisão do plenário, pelo exposto acima, e pela*  
674 *ausência involuntária dos representantes da Amigos da Floresta; 5. Vale ressaltar que este tema já*  
675 *foi exaustivamente discutido neste plenário, bem como objeto de Ação Civil Pública com ganho de*  
676 *causa pela Amigos da Floresta, e que eventual decisão deste Conselho não tem eficácia jurídica; 6.*  
677 *Por fim, pedimos ao Senhor Presidente que este tema não retorne a pauta deste renomado Conselho,*  
678 *uma vez que temos temas importantes para serem apreciados, que interessam a sociedade gaúcha e*  
679 *podem contribuir para seu desenvolvimento sustentado.* Assinado pela Presidente e Vice- Presidente.  
680 O assunto não está, realmente, na pauta, a não ser incluídos nos Assuntos Gerais, praticamente,  
681 Comunicações Finais e a deliberação da Presidência está sendo seguida reunindo todo esse assunto  
682 onde já está em discussão. Pergunto se há algum outro Assunto Geral para ser tratado? Comunicação  
683 aos Conselheiros remanescentes: Acabo de ser informado que não temos “quorum”. A palavra é sua  
684 Lisiane Becker. **Sra. Lisiane Becker:** Eu só queria lembrar à mesa daqueles dois ofícios  
685 encaminhados tanto pela Mira-Serra, pelo INGÁ e pela APEDEMA de pautas para a reunião. Nós  
686 temos uma série de temas a serem tratados entre eles: Plano Estadual de Unidade de Conservação,  
687 existe um problema de pessoal em algumas Unidades de Conservação, até um caso bastante atípico  
688 que é o da Serra Geral, onde tem um mateiro que foi contratado, era o único que conhece toda a  
689 região, ele é imprescindível ao bom trabalho da Unidade de Conservação dos pesquisadores que lá  
690 ficam, tem que seguir as normas legais da contratação, mas no caso desse funcionários e de outros  
691 das Unidades de Conservação nós temos que achar um meio termo, porque os fiscais ou os próprios  
692 técnicos que são concursados não possuem esse conhecimento local. Então, um dos pontos que foi  
693 colocada, já faz tempo, é o Plano Estadual de Unidades de Conservação para a apresentação, que não  
694 foi apresentando em lugar nenhum completamente. O Plano Estadual de Irrigação tem muito a ver  
695 com a parte do meio ambiente, também não foi apresentando. Como anda o estágio do Projeto de  
696 Conservação da Mata Atlântica? Só teve um ano passado, foi o único ponto discutido até agora.  
697 Então, eu gostaria que pesquisassem nos ofícios aquela pauta enorme, elencados vários assuntos, que  
698 deveriam ser discutidos aqui, retomá-los. **Senhor Presidente (Niro Afonso Pieper):** Obrigado,  
699 Conselheira. Eu só peço um esclarecimento: Sobre o Plano Estadual de Unidades de Conservação se é  
700 o Plano ou o Plano de Aplicação em Unidades de Conservação, que este foi anunciado aqui e  
701 discutido. É o plano do C U não é o Plano de Aplicação. É que o Plano de Aplicação já foi exposto  
702 aqui no início do ano passado. Se tiver alguma dificuldade em localizar os ofícios, que eu não  
703 acredito, mas os três tópicos que foram reforçados aqui, eu peço para que seja registrado na ata. Os  
704 três que são: Plano Estadual de Unidades de Conservação, Plano de Irrigação e a Segunda fase do  
705 Projeto Mata Atlântica. Eu só quero esclarecer a respeito do mateiro, que é a segunda vez que se fala  
706 em mateiro na reunião. O mateiro seria o guia dentro da floresta. Eu próprio, com alguma dificuldade,  
707 que tem grande dificuldade nisso, fiz a mais difícil das trilhas da Serra Geral a questão de dois meses.  
708 Justamente, por causa da demanda sobre o mateiro, não há uma previsão no quadro da Secretaria.  
709 Têm grandes dificuldades, têm, mas qualquer pessoa com habilidade média consegue deslocar-se. A  
710 dificuldade maior nas Unidades de Conservação, talvez, sejam as condições de subida e condições de  
711 descida, que é levar apetrechos, não tanto de se achar, de guia, porque subindo, descendo, duas ou três  
712 vezes, não há grandes dificuldades nisso. Na verdade, muitos lugares são inacessíveis dessa Unidade  
713 de Conservação. Na verdade, muitos delas são intransitáveis, praticamente, incessíveis, e até bom que  
714 seja assim. Mas, o assunto, de qualquer forma, está registrado e há uma preocupação da Secretaria.  
715 Tanto que eu fui “in loco” verificar, assim que foi demandado dentro da Secretaria. Algum outro  
716 assunto? Paulo Brack, pois não. **Sr. Paulo Brack:** O professor Valério lá do Biociências convida a

717 todos, depois acho que vamos mandar, também, um convite por e-mail para todas as pessoas , houve a  
718 decisão essa semana de solicitar para a bancado do Rio Grande do Sul uma discussão sobre o Porte  
719 Florestal, a proposta de mudança. Então, na segunda-feira às 9h, lá no auditório da Botânica no  
720 Campus. Nós estamos solicitando e alguns deputados confirmaram a participação para a discussão  
721 sobre essa mudança e estão todos convidados às 9 horas. Depois, nós vamos mandar um convite, mas  
722 fica já pré-agendado, depois agente encaminha com uma certa urgência, porque essa reunião vai ser  
723 feita agora por que na terça eles já querem encaminhar. Isso nos preocupa muito já que é mudança  
724 drástica para pior, infelizmente, e que agente depois vai ter que discutir questões estaduais em relação  
725 a essa proposta. **Senhor Presidente (Niro Afonso Pieper):** Muito obrigado, Paulo Brack. Eu vou  
726 adotar e sugeri que, quando não seja eu a presidir, também que se adote. Apesar de que vai na ata,  
727 mas a leitura com co-referência de quem participou da reunião: A SEMA com titular e suplente;  
728 Secretaria da Agricultura; SEDAI; Secretaria de Obras, com representante indicado; Secretaria de  
729 Planejamento, com representante indicado; INGÁ; AGAPAN; Mira-Serra, com titular e suplente;  
730 Amigos da Floresta, justificado; Instituição Universitária Pública; Instituição Universitária Privada;  
731 FIERGS; Sociedade de Engenharia; FAMURS; Comitês de Bacias Hidrográficas; FEPAM e Instituto  
732 Biofilia. Muito obrigado, dou por encerrada a reunião, de deliberação há mais tempo porque não tinha  
733 “quorum”. Boa tarde a todos. (*Encerram-se os trabalhos às 16h20min*)